



**MOBLY S.A.**

CNPJ nº 31.553.627/0001-01

NIRE 35.3.0056120-1

Companhia Aberta

**MANUAL DE PARTICIPAÇÃO E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

**DATA: 28 DE ABRIL DE 2023**

**HORÁRIO: 15:00 HORAS**

## ÍNDICE

<b>EDITAL DE CONVOCAÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>INFORMAÇÕES GERAIS.....</b>	<b>3</b>
<b>PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA .....</b>	<b>11</b>
<b>ANEXO II – INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA .....</b>	<b>41</b>
<b>ANEXO III – DECLARAÇÃO ACERCA DA INDEPENDÊNCIA DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....</b>	<b>46</b>
<b>ANEXO IV – INFORMAÇÕES DA SEÇÃO 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.....</b>	<b>47</b>



**MOBLY S.A.**

CNPJ nº 31.553.627/0001-01

NIRE 35.300.561.201

Companhia Aberta

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

### **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2023**

Convocamos os senhores acionistas da **Mobly S.A.**, sociedade por ações aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 5.545, atualmente nº 16.737, Mezanino, Sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.561.201 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 31.553.627/0001-01, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 2546-1 (“**Companhia**”), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e dos artigos 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”), a se reunirem, **de modo exclusivamente à distância e digital**, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 28 de abril de 2023, às 15:00 horas (“**AGO**”), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo o relatório da administração, o relatório do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes;
- (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- (iii) fixar o número de membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (iv) eleger um membro independente do Conselho de Administração da Companhia; e
- (v) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2023.

#### **Instruções e Informações Gerais:**

A participação dos acionistas na AGO será de forma digital, por meio da plataforma eletrônica “Ten Meetings”, ou por meio de boletim de voto à distância, em ambos os casos nos termos previstos na Resolução CVM 81.

O acionista que desejar participar da AGO de forma digital deverá acessar o link <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=586B284A23A4> (“**Link de Cadastro**”), preencher as informações necessárias para realizar o cadastro e anexar toda documentação necessária para participação na AGO, conforme especificado no Manual de Participação e Proposta da Administração da AGO disponibilizado pela Companhia nos endereços abaixo indicados, **até às 15:00 horas do dia 26 de abril de 2023**. As informações e documentação enviadas pelo acionista (ou seu representante legal) através do Link de Cadastro dentro do prazo acima mencionado, serão

avaliadas pela Companhia e o acionista receberá, em até 24 horas da realização, e-mail informando sobre a aprovação ou não do seu cadastro. Caso não aprovado, será permitido ao acionista (ou seu representante legal) que regularize seu cadastro até às 15:00 horas do dia 27 de abril de 2023.

Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância, somente o acionista (ou seu representante legal) que tenha apresentado corretamente seu cadastro no prazo e nas condições apresentadas neste Edital de Convocação e no Manual de Participação e Proposta da Administração, receberá, em até 24 horas anteriores ao início da AGO, por e-mail, as instruções, o link, login e a senha de acesso necessários para participação na AGO por meio da plataforma digital. **O link, login e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização.**

O acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja o Banco BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, conforme instruções estabelecidas no Manual de Participação e Proposta da Administração disponibilizado pela Companhia nos endereços abaixo indicados; ou (iii) preencher o boletim de voto à distância ("**Boletim de Voto**") disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas no Manual de Participação e Proposta da Administração para a AGO. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, no Manual de Participação e Proposta da Administração e no Boletim de Voto.

Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGO, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e no Manual de Participação e Proposta da Administração, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto para fins de participação na AGO, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGO.

Estão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (<https://investors.mobly.com.br/>), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), nos termos da Resolução CVM 81, do Manual de Participação e Proposta da Administração e demais documentos e informações relacionados às matérias constantes da ordem do dia da AGO.

São Paulo, 28 de março de 2023.

**Marc Dominic Appelhoff**

Presidente do Conselho de Administração

## INFORMAÇÕES GERAIS

### 1 Instalação da AGO

A Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 1/4 do capital social total com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, mediante a publicação de novo edital, instalar-se-á com qualquer número de acionistas presentes.

### 2 Orientações para Participação dos Acionistas na AGO

A participação dos acionistas na AGO poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) – em ambos os casos, por meio da plataforma eletrônica “Ten Meetings”, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”) –, ou por meio dos mecanismos de votação à distância.

#### 2.1 Participação por meio da plataforma digital

Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão encaminhar acessar o link <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=586B284A23A4> (“**Link de Cadastro**”), preencher as informações necessárias para realizar o cadastro e anexar toda documentação necessária para participação na AGO (conforme especificado abaixo), **até às 15:00 horas do dia 26 de abril de 2023**.

Os acionistas deverão encaminhar, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias; (ii) o instrumento de mandato; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, bem como os seguintes documentos:

**Pessoa Física:** cópia do documento de identidade do acionista;

**Pessoa Jurídica:** (i) cópia do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) cópia do documento de identidade do(s) representante(s) legal(is) do acionista; e

**Fundo de Investimento:** (i) cópia do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (ii) cópia do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) cópia do documento de identidade do(s) representante(s) legal(is) do fundo de investimento.

Aos acionistas que forem representados por meio de procuração, deverá ser apresentado o instrumento de mandato outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa física ou que não assinar a procuração em seu próprio nome, deverá apresentar os documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo.

As informações e documentação enviadas pelo acionista (ou seu representante legal) através do Link de Cadastro dentro do prazo acima mencionado, serão avaliadas pela Companhia e o acionista receberá, em até 24 horas da realização, e-mail informando sobre a aprovação ou não do seu cadastro. Caso não aprovado, será permitido ao acionista (ou

seu representante legal) que regularize seu cadastro até às 15:00 horas do dia 27 de abril de 2023.

Os cadastros recebidos nos finais de semana serão validados até as 18 horas da segunda-feira subsequente.

Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação à distância e digital na AGO não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação da AGO até às 15:00 do dia 27 de abril de 2023, deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone (11) 4302-5085 ou pelo endereço [ri@moby.com.br](mailto:ri@moby.com.br), para que sejam reenviadas as respectivas instruções para acesso.

Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância, o acionista (ou seu representante legal) receberá, em até 24 horas anteriores ao início da AGO, por e-mail, as instruções, o link, login e a senha de acesso (“**Link de Acesso**”) necessários para participação na AGO por meio da plataforma digital. Somente receberá o Link de Acesso àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente seu cadastro no prazo e nas condições apresentadas neste Manual de Participação e Proposta da Administração, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação. **O link, login e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização.**

**Os acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento no prazo acima referido (ou seja, até às 15:00 horas do dia 26 de abril de 2023) não poderão participar digitalmente da AGO.**

**O uso da Plataforma não é compatível com tablets e smartphones.** Recomendamos, ainda, o uso de fones de ouvido para melhor qualidade de áudio.

O acionista devidamente cadastrado na plataforma digital que participar à distância será considerado presente à AGO, podendo exercer seus respectivos direitos de voto para cada item da ordem do dia, e assinante da respectiva ata, nos termos do artigo 47, inciso III e parágrafo único, da Resolução CVM 81.

A participação por meio de tal plataforma digital conjugará áudio e vídeo/imagem, sendo que os acionistas que optarem por participar desta forma deverão manter a sua câmera ligada durante o curso da AGO com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações. A AGO será integralmente gravada.

A Companhia também solicita a tais acionistas que acessem a plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGO, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem.

A Companhia recomenda, ainda, aos acionistas que pretendam solicitar sua participação na AGO por meio da plataforma digital que se familiarizem previamente com seu uso, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da respectiva plataforma (por vídeo e áudio).

**A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (como, por exemplo, instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do seu equipamento com a plataforma digital).**

Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGO, conforme instruções contidas no Edital de Convocação e neste Manual de Participação e Proposta da Administração, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto à Distância (“**Boletim de Voto**”) para fins de participação na AGO, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGO.

O acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto também poderá se cadastrar para participar da AGO à distância e digital, desde que o faça de acordo com as orientações (em especial, observância dos prazos e apresentação dos documentos) ora indicadas, hipótese em que tal acionista poderá: (i) simplesmente participar dos trabalhos da AGO; ou (ii) participar dos trabalhos e votar na AGO, situação em que todas as instruções de voto recebidas por meio do Boletim de Voto para tal acionista, identificado por meio do número de sua inscrição no CPF ou CNPJ, serão desconsideradas.

## **2.2 Boletim de voto à distância**

O boletim de voto à distância deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto à distância, nos termos da Resolução CVM 81 (“**Boletim de Voto**”). Nesse caso, é imprescindível que o boletim seja preenchido com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número de inscrição no cadastro no Ministério da Economia, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato. Além disso, para que o Boletim de Voto seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados no quórum da AGO, as seguintes instruções deverão ser observadas: (a) os campos do boletim deverão estar devidamente preenchidos; e (b) o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá(ão) assinar o Boletim de Voto.

### **Envio do Boletim de Voto diretamente à Companhia:**

Nesse caso, o acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por meio do envio do Boletim de Voto diretamente à Companhia, deverá encaminhar cópia do Boletim de Voto relativo à AGO devidamente preenchido, rubricado e assinado e os documentos previstos no item 2.1 acima, por e-mail (ri@mobly.com.br), aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, tendo como assunto “Mobly – AGO 2023” e assegurar que a Companhia os receba **até 7 (sete) dias antes da data da AGO, ou seja, até 21 de abril de 2023, inclusive**.

Excepcionalmente para esta AGO, a Companhia dispensará o reconhecimento de firma dos boletins de voto assinados no território brasileiro e a notariação e apostilação daqueles assinados fora do país.

A Companhia exigirá apenas a tradução simples de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua diversa da portuguesa.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista ou à comprovação de sua representação não será considerado válido e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Resolução CVM 81.

A Companhia comunicará o acionista se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido, em até 3 dias úteis do recebimento dos documentos, por meio de envio de e-mail ao endereço eletrônico informado pelos acionistas

no Boletim de Voto. Conforme parágrafo único do art. 46 da Resolução CVM 81, o acionista pode retificar ou reenviar o Boletim de Voto ou os documentos que o acompanham, desde que observado o prazo para o recebimento pela Companhia, acima indicado.

**Envio do Boletim de Voto por meio de agentes de custódia:**

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas com instituições e/ou corretoras (“**Agentes de Custódia**”) na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”), poderão encaminhar seus votos aos Agentes de Custódia, caso estes prestem esse tipo de serviço. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelos Agentes de Custódia que mantêm suas posições em custódia. O acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto ao Agente de Custódia com o qual mantém suas ações em custódia, observadas as regras determinadas por esses últimos, que, na sequência, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3. Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento deste Boletim de Voto é facultativo para os Agentes de Custódia, recomendamos que o acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

**Envio do Boletim de Voto por meio do escriturador:**

Os acionistas poderão também realizar a transmissão de suas instruções de voto ao escriturador das ações da Companhia, o Banco BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM. Para contato e esclarecimento de dúvidas, utilizar o endereço eletrônico [escrituracao.acao@btgpactual.com](mailto:escrituracao.acao@btgpactual.com) de segunda a sexta-feira em horário comercial.

O Boletim de Voto encontra-se disponível nos *websites* da Companhia (<https://investors.mobly.com.br/>), da CVM ([www.cvm.gov.br/](http://www.cvm.gov.br/)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

**3 Disponibilização dos Documentos Referentes à AGO**

Em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 10º da Resolução CVM 81, informamos abaixo as datas e locais de publicação e/ou disponibilização, conforme aplicável, dos documentos indicados.

**Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração**

As Demonstrações Financeiras e o Relatório de Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 21 de março de 2023.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração foram disponibilizados em 28 de março de 2023 na página eletrônica da Companhia (<https://investors.mobly.com.br/>), da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)) na rede mundial de computadores e as Demonstrações Financeiras serão publicadas no Jornal “Valor Econômico” em 30 de março de 2023.

**Relatório do Comitê de Auditoria e Parecer dos auditores independentes**

O relatório do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, parte integrante das Demonstrações Financeiras, foram disponibilizados em 28 de

março de 2023 na página eletrônica da Companhia (<https://investors.mobly.com.br/>), da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)) na rede mundial de computadores.

#### **Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP**

O Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi disponibilizado em 28 de março de 2023 na página eletrônica da Companhia (<https://investors.mobly.com.br/>), da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)) na rede mundial de computadores.

São Paulo, 28 de março de 2023.

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A administração da Mobly S.A. (“**Companhia**”) apresenta a seguir a sua proposta acerca das matérias a serem submetidas à deliberação de V.Sas. na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 28 de abril de 2023, às 15:00 horas (“**AGO**”), nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”).

- (i) **tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo o relatório da administração, o relatório do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes.**

A Administração propõe a V.Sas. a aprovação das contas dos administradores da Companhia, e das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo o relatório da Administração, o parecer dos auditores independentes e o relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 21 de março de 2023.

Vale notar que KPMG Auditores Independentes S.S, empresa especializada de auditoria independente da Companhia, emitiu parecer sem ressalvas a respeito das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Ademais, a administração recomenda a V. Sas. que examinem detalhadamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, o relatório da administração, o relatório do Comitê de Auditoria, as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, os quais foram devidamente disponibilizados à consulta de V. Sas. nos websites da Companhia (<https://investors.mobly.com.br/>), da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e serão publicados em 29 de março de 2023 no Jornal Valor Econômico.

De acordo com o disposto no artigo 10º, inciso III, da Resolução CVM 81, a Companhia informa aos Acionistas que os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, estão previstos no **ANEXO I** desta Proposta da Administração.

- (ii) **deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou prejuízo consolidado no montante de R\$ 89.838.540,00 (oitenta e nove milhões, oitocentos e trinta e oito mil, quinhentos e quarenta reais).

Em decorrência da não apuração de lucro líquido pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não há lucros a serem distribuídos como

dividendos aos acionistas da Companhia. O prejuízo do exercício será destinado a conta de prejuízos acumulados no patrimônio líquido.

Tendo em vista a ausência de lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a administração da Companhia não apresentará o Anexo A da Resolução CVM 81, conforme decisão do Colegiado da CVM de 27 de setembro de 2011 (Processo CVM RJ2010/14687) e permissão do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

**(iii) fixar o número de membros do Conselho de Administração da Companhia.**

Tendo em vista a eleição do Conselho de Administração para um mandato de 2 anos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2022, a Administração da Companhia propõe que o Conselho de Administração permaneça composto por 6 (seis) membros titulares, sendo 2 (dois) conselheiros independentes, com a eleição de membro independente para o restante do mandato a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**(iv) eleger membro independente do Conselho de Administração da Companhia.**

Os atuais membros independentes do Conselho de Administração da Companhia foram eleitos na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2022, com mandato vigente até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Considerando a renúncia do membro independente Cássio Casseb Lima, o qual permanecerá no cargo até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 28 de abril de 2023, a Administração propõe a eleição da Sra. Monica Lamas como membro independente do Conselho de Administração, pelo prazo remanescente do mandato unificado do Conselho de Administração, a encerrar-se na Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Caso tal eleição seja aprovada, o Conselho de Administração da Companhia será composto conforme abaixo:

<b>Membros Efetivos</b>
Philipp Christopher Steinhäuser
Marc Dominic Appelhoff
Victor Pereira Noda
Marcelo Rodrigues Marques
Maria Leticia de Freitas Costa (*)
Monica Lamas (**)

(\*) Membro independente do Conselho de Administração.

(\*\*) Candidato a membro independente do Conselho de Administração.

Para informações a respeito da indicação da administração para composição do Conselho de Administração, bem como as informações aplicáveis aos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência com relação a tal indicação, nos termos do artigo 11, inciso I, da Resolução CVM 81, veja o **ANEXO II** desta Proposta da Administração.

Ademais, a Companhia apresenta, na forma do **ANEXO III** desta Proposta da Administração, a declaração da candidata a membro independente do Conselho de Administração encaminhada à Companhia, atestando seu enquadramento em relação aos

critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Ademais, para fins do artigo 17, inciso II, do Regulamento do Novo Mercado da B3 e, conforme declaração fornecida e informações prestadas, nos termos da declaração constante do **ANEXO III** desta Proposta da Administração, os membros do Conselho de Administração manifestam-se favoravelmente quanto ao enquadramento da candidata a membro independente do Conselho de Administração aos critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3.

**(v) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023.**

A administração propõe a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício social de 2023 no montante de até R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

A remuneração ora proposta considera as despesas de remuneração correspondentes aos Administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Em atendimento ao artigo 13 da Resolução CVM 81, as informações sobre remuneração dos administradores indicadas no item 8 do Formulário de Referência da Companhia encontram-se no **ANEXO IV** a esta Proposta da Administração.

## **CONCLUSÕES**

Pelos motivos acima e em conformidade com a legislação societária aplicável, o estatuto social da Companhia e as disposições da presente Proposta da Administração, a administração da Companhia recomenda à V.Sas. a aprovação das matérias acima elencadas na AGO a ser realizada em 28 de abril de 2023, bem como das demais matérias a ela relacionadas.

Por fim, a administração esclarece que esta Proposta da Administração e toda a documentação a ela referente se encontram disponíveis na sede social da Companhia, na página eletrônica da Companhia (<https://investors.mobly.com.br/>), da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)) na rede mundial de computadores.

Cordialmente,

**Marc Dominic Appelhoff**  
Presidente do Conselho de Administração

**ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO  
FINANCEIRA DA COMPANHIA**

*(nos termos da seção 2 do Formulário de Referência  
conforme artigo 10, inciso III, Resolução da CVM nº 81)*

*(este anexo inicia-se na próxima página)*

## 2.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras incluídas neste item, devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as quais foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Neste item são apresentadas, pelo corpo diretivo da Companhia, informações que se destinam à auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

Certas tabelas da seção 2 deste Formulário de Referência contém os termos “AH” e “AV” que significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica entre um período e o outro. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações; ou (ii) em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido, nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Os valores constantes deste item 2.1 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que estão disponíveis no site da Companhia (<https://investors.mobly.com.br/>) e no site da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)).

### (a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa operacional da Companhia, em conjunto com a captação de recursos de terceiros, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante da Companhia era de R\$544.896 mil, sendo superior ao passivo circulante, que era de R\$191.278 mil, representando um índice de liquidez corrente de 2,85. Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante da Companhia era de R\$667.693 mil, sendo superior ao passivo circulante, que era de R\$186.459 mil, representando um índice de liquidez corrente (razão entre o ativo circulante e passivo circulante) de 3,58. A diminuição do índice de liquidez corrente de 31 de dezembro de 2021 para 31 de dezembro de 2022 é resultado da redução de estoques, contas a receber e caixa.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o índice de endividamento total foi de -0,64 e -0,56, respectivamente. A variação entre o índice de endividamento total em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 decorre, principalmente, da redução do patrimônio líquido atribuível aos acionistas devido ao prejuízo acumulado do exercício de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o índice de endividamento total (a razão sobre o passivo total e o ativo total) foi de 38% e 36%, respectivamente. A variação entre o índice de endividamento geral entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 decorre da redução do ativo total, ocasionada pela diminuição dos estoques, contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o prejuízo do exercício foi de R\$89.838 mil. O maior ofensor do resultado foi a queda de vendas comparativamente com o ano de 2021 que caiu 11,7%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o prejuízo do exercício foi de R\$84.809 mil. O maior ofensor de tal resultado em comparação com o ano findo em 31 de dezembro de 2020 foi o aumento das despesas operacionais, gerais e administrativas e das despesas ligadas à liquidação do plano de opções de ações, que não ocorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Outro fator foi a existência de novas despesas com pessoas relacionadas à governança corporativa, devido ao IPO, e ao aumento do time de tecnologia da informação motivado pelo plano de expansão da Companhia. As despesas com servidores e os efeitos de arrendamento do maior número de lojas físicas corroboraram para o aumento do prejuízo.

A administração acredita que a Companhia possui condições de gerar e/ou captar recursos no mercado para implementar os seus planos de negócios e investimentos e cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo, considerando principalmente a abertura de capital em bolsa de valores, que fortaleceu a liquidez, extinguiu o pagamento de juros pagos com antecipação de recebíveis de cartão e com linhas de crédito da Companhia.

#### **(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital**

O quadro abaixo demonstra todas as fontes de endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em		
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	AH 2022 x 2021 (%)
Empréstimos e financiamentos – circulante	12.623	0	-
Empréstimos e financiamentos – não circulante	0	0	.
<b>Dívida bruta</b>	<b>12.623</b>	<b>0</b>	.
Caixa e equivalentes de caixa	236.323	271.532	(13%)
<b>Dívida líquida</b>	<b>(223.700)</b>	<b>(271.532)</b>	<b>(17%)</b>

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte estrutura de capital entre capital próprio e de terceiros, que atende as atividades da Companhia, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	352.931	358.217
Capital próprio (patrimônio líquido)	554.049	640.822
<b>Capital total (terceiros + próprio)</b>	<b>906.980</b>	<b>999.039</b>
Parcela de capital de terceiros	39%	36%
Parcela de capital próprio	61%	64%

Em 31 de dezembro de 2022, o valor registrado sob passivos de arrendamento se manteve como a maior componente do capital de terceiros no balanço patrimonial da Companhia. Tal linha representou 46% da soma entre passivo circulante e não circulante, totalizando R\$163 milhões. Esse crescimento esteve em linha com a proposta de expansão apresentada durante a abertura de capital da Companhia. Outra rubrica que manteve sua posição entre o capital de terceiros foi a linha de fornecedores e outras contas a pagar, que somaram a quantia de R\$114.715 mil, o que representou 32% do capital de terceiros ao fim do exercício de 2022. O aumento de 4% em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é consequência do aumento do prazo médio de pagamento negociado nas operações.

No ano findo em 31 de dezembro de 2022, a empresa passou a alavancar transações com fornecedores a fim de negociar melhores condições de compras de mercadorias importadas. Nesse sentido, a Companhia captou R\$12 milhões de financiamento para o importador, o que representou 3,6% do capital de terceiros no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2021, nossa linha de fornecedores a pagar foi a segunda maior componente de nosso capital de terceiros, representando R\$110,0 milhões ou 30,71% de nosso passivo circulante e não circulante e incluía montantes a pagar em razão de relações de fornecimento, serviços de transporte, *marketing* e outros valores a pagar a nossos fornecedores. É relevante para o nosso capital de terceiros o valor registrado sob passivos de arrendamento, que, em 31 de dezembro de 2021 foi o maior componente de nosso capital de terceiros, representando R\$190,6 milhões ou 53,2% de nosso passivo circulante e não circulante.

No ano findo em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos foram quitados após captação de recursos no IPO ocorrido em fevereiro do mesmo ano. Adiantamento de clientes encerrou o exercício de 2021 com R\$14,1 milhões, representando 3,9% do passivo circulante e não circulante da Companhia.

Nós reconhecemos receitas à medida que o controle sobre os bens é transferido aos consumidores. Ao fim dos exercícios de 2022 e 2021, a Companhia registrou adiantamentos de clientes em razão de vendas realizadas (i) sob o modelo de *crossdocking*, em que fazemos pedidos para fornecedores apenas a partir da venda do produto ao consumidor e (ii) sob o modelo *dropshipping*, em que atuamos como intermediário, com a obrigação de transferir ao fornecedor o valor do pedido feito pelo consumidor, descontado de comissões cobradas. Também registramos valores sob a rubrica de adiantamentos de clientes para outras receitas

diferidas, surgidas de pedidos feitos pelos consumidores e cobrados, porém, que não haviam sido entregues em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Conforme demonstrado na tabela acima, houve uma diminuição do capital de terceiros entre os exercícios de 2022 e 2021 motivado pela redução das despesas com salários e encargos e redução do passivo de arrendamento, ambas motivadas pelas medidas tomadas ao longo do exercício visando proteger o caixa da Companhia.

**(c) comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de captar novos recursos provenientes de investimentos, empréstimos e financiamentos, além do próprio acesso ao mercado de capitais, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos até a data deste Formulário de Referência, sendo possível ainda a captação de recursos adicionais, caso haja necessidade.

Nos exercícios sociais em 2022 e 2021, as necessidades de recursos da Companhia foram financiadas pela sua capacidade de geração de caixa operacional. No exercício social de 2021, a captação de recursos através do IPO permitiu o fortalecimento do caixa, permitindo o encerramento das atividades de antecipação de recebíveis de cartão e quitando as linhas de crédito, empréstimos e financiamentos vigentes até então.

A administração reconhece que a segurança financeira é dada pelo seu controlador sobre a capacidade do Grupo para cumprir com as suas necessidades de financiamento e para refinarçar ou pagar seus empréstimos bancários à medida que vencem, uma vez que conta com o suporte financeiro do seu controlador final home24 SE. Dessa maneira, a administração tem uma expectativa razoável de que o Grupo terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

**(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

Em 31 de dezembro de 2022, as principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes da Companhia decorreram do caixa gerado por suas atividades operacionais da empresa e pelo seu saldo de caixa e equivalentes. Em 31 de dezembro de 2021, a principal fonte foi a liquidez recebida devido à abertura de capital em bolsa de valores, como descrito no item 2.1 (f) abaixo.

**(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais para cobrir eventuais deficiências de liquidez.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia contou com captação de recursos de terceiros para financiar sua operação e planos de investimento, quando necessário. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os aportes de capital de acionistas na Companhia foram líquidos de taxas e comissões de R\$0 e R\$738.648 mil, respectivamente.

**(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

**(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela abaixo apresenta a evolução do endividamento bancário da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

<i>(em R\$ milhares)</i>	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Finimp	12.623	0
Outros empréstimos	0	0
<b>Total</b>	<b>12.623</b>	<b>0</b>

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a empresa captou o total de R\$12,6 milhões em créditos especiais destinados à importação de produtos para revenda. Nas operações intituladas FINIMP, o prazo dos contratos é de 180 dias e o custo médio das operações é composto de um acréscimo de 7% a título de encargos financeiros a serem pagos no vencimento do título. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, foram quitados todos os contratos vigentes até o fim do mesmo período.

**(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

**(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia**

Não há grau de subordinação entre as dívidas atuais. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

**(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com todas as obrigações materiais constantes nos contratos de financiamento firmados pela Companhia junto às instituições financeiras pertinentes, não havendo cláusulas restritivas nos referidos contratos.

**(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o saldo de R\$12,6 milhões em financiamentos tomados, todos de acordo com os respectivos prazos de maturação determinados.

O relacionamento da Companhia com instituições financeiras considerado pela Companhia como sendo de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

**(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa**

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

**Receita operacional líquida**

A receita operacional líquida é composta por nossa receita bruta de vendas descontada de impostos sobre as vendas (ICMS, PIS e COFINS). A receita é proveniente de (i) venda de mercadorias em nossa plataforma digital, que atende nossos clientes por meio do aplicativo, *website* e *site mobile*; (ii) venda de mercadorias em nossas lojas físicas, (iii) serviços prestados de *marketplace* (comissionamento sobre produtos e serviços de terceiros oferecidos em nossa plataforma digital) e (iv) serviços prestados, como montagem de produtos, garantias estendidas e frete cobrados de nossos clientes para envio de mercadorias adquiridas em nossa plataforma digital e em nossas lojas.

**Custos dos produtos vendidos**

Os custos das mercadorias vendidas são compostos pelos produtos comprados dos fornecedores e incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior.

**Despesas comerciais**

As despesas comerciais consistem principalmente de despesas relacionadas a transportes, propaganda e publicidade, pessoal de vendas, meios de pagamento, aluguéis, condomínio e IPTU, despesas judiciais, segurança, tecnologia da informação, e locação de equipamentos.

**Despesas gerais e administrativas**

As despesas gerais e administrativas consistem principalmente de despesas relacionadas a pessoal, depreciação e amortização, tecnologia da informação, aluguéis, condomínio, IPTU e telecomunicações.

**Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas e despesas de juros sobre ajuste a valor presente e variação monetária ativa. As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre antecipação de recebíveis, juros sobre empréstimos, juros sobre parcelamento de impostos e ajuste a valor presente.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

**Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:**

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	AV (%)	AH (%)
Receita operacional líquida	637.059	100%	721.391	100%	-12%

Custo dos produtos vendidos	(382.871)	-60%	(434.316)	-60%	-12%
<b>Lucro bruto</b>	<b>254.188</b>	<b>40%</b>	<b>287.075</b>	<b>40%</b>	<b>-11%</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(350.303)</b>	<b>-55%</b>	<b>(364.678)</b>	<b>-51%</b>	<b>-4%</b>
Despesas comerciais	(268.402)	-42%	(271.922)	-38%	-1%
Despesas gerais e administrativas	(83.493)	-13%	(94.268)	-13%	-11%
Perda de crédito esperada	(352)	-0%	(712)	-0%	-51%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	<b>1.944</b>	0%	2.224	0%	-13%
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro</b>	<b>(96.115)</b>	<b>-15%</b>	<b>(77.603)</b>	<b>-11%</b>	<b>24%</b>
Despesas financeiras	<b>(40.752)</b>	-6%	(31.928)	-4%	25%
Receitas financeiras	<b>47.027</b>	7%	24.722	3%	87%
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>6,275</b>	<b>1%</b>	<b>(7.206)</b>	<b>-1%</b>	<b>-187%</b>
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(89,838)</b>	<b>-14%</b>	<b>(84.809)</b>	<b>-12%</b>	<b>6%</b>

### Receita operacional líquida

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida da Companhia diminuiu 12% ou R\$84.332 mil, passando de R\$721.391 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$637.059 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Esta variação foi se deu pelo aumento da inflação e consequente diminuição do poder de compra dos clientes, o que tornou o exercício de 2022 desafiador para o varejo.

#### *Custos dos produtos vendidos*

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, os custos dos produtos vendidos diminuíram 12% ou R\$51.445 mil, passando de R\$434.316 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$382.871 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em decorrência da diminuição das vendas.

### Lucro bruto

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o lucro bruto da Companhia diminuiu 11% ou R\$32.887 mil, passando de R\$287.075 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$254.188 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, decorrente da menor demanda pelo mercado, que resultou em menor receita operacional líquida para a Companhia.

### Receitas (despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais da Companhia diminuíram 4%, alcançando R\$350.303 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$364.678 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As razões para tal variação serão descritas nos tópicos abaixo.

#### *Despesas comerciais*

As despesas comerciais da Companhia diminuíram 1%, alcançando R\$268.402 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$271.922 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Esta variação ocorreu, principalmente, pelo encerramento das

atividades de 4 lojas físicas no exercício, o que reduziu as despesas com aluguéis e pessoal relacionado a vendas, visando a redução da utilização do caixa disponível para a Companhia.

#### *Despesas gerais e administrativas*

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, as despesas gerais e administrativas diminuíram 11% ou R\$10.775 mil quando comparadas ao período mesmo período findo em 31 de dezembro de 2021, passando de R\$94.268 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$83.493 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. A diminuição expressiva das despesas gerais e administrativas se deu pela revisão do quadro de funcionários, reduzindo as despesas com salários e encargos.

#### *Perda de crédito esperada*

A perda de crédito esperada reduziu 51%, sendo de R\$352 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$712 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Essa queda deu-se pela estabilização dos saldos devedores ao longo de 2022.

#### *Outras (despesas) receitas operacionais líquidas*

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, as outras (despesas) receitas operacionais líquidas diminuíram 13% ou R\$280, passando de R\$2.224 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$1.944 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. A receita operacional foi reduzida devido ao valor obtido com a venda de ativos imobilizados e à menor ocorrência de efeitos tributários não recorrentes que beneficiam a Companhia.

### **Prejuízo antes do resultado financeiro**

O prejuízo antes do resultado financeiro da Companhia apresentou uma variação negativa de R\$18.512 mil ou 24%, representando um prejuízo de R\$96.115 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a um prejuízo de R\$77.603 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Esta variação ocorreu, principalmente, devido aos fatores descritos acima.

### **Resultado Financeiro**

#### *Despesas financeiras*

As despesas financeiras da Companhia apresentaram uma variação de R\$7.941 mil ou 25%, representando uma despesa financeira de R\$39.869 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$31.928 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento deu-se, principalmente, devido ao aumento dos juros sobre arrendamentos pagos e à antecipação de recebíveis, que gerou despesas com juros.

#### *Receitas financeiras*

As receitas financeiras da Companhia apresentaram um aumento de 87%, representando uma receita financeira de R\$46.144 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$24.722 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. O aumento das receitas financeiras deu-se, principalmente, pelo rendimento financeiro de aplicações financeiras.

### **Resultado Financeiro, líquido**

O resultado financeiro líquido passou de uma despesa de R\$7.206 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para uma receita de R\$6.275 mil no mesmo período em 2022,

representando uma movimentação positivo de 187%, devido às movimentações apresentadas acima.

### **Prejuízo/Lucro do período**

O resultado líquido passou de lucro (prejuízo) líquido de R\$(84.809) mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para lucro (prejuízo) líquido de R\$89.838 mil no mesmo período em 2022, em razão das variações apresentadas acima.

### **FLUXO DE CAIXA**

#### ***Comparação entre os fluxos de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021***

(em R\$ mil)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	13.135	(339.592)	-104%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(26.746)	(59.305)	-55%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(21.598)	646.905	-103%
Aumento (Redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(35.209)	248.008	-114%

#### **Atividades operacionais**

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou um aumento de R\$ 352.727 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao mesmo período de 2021, passando de uma queima de caixa de R\$339.592 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para geração de R\$44.354 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Os principais fatores para o aumento do caixa foram o aumento do prazo médio de pagamento aos fornecedores, a materialização significativa dos recebíveis e a redução dos estoques.

#### **Atividades de investimento**

O caixa líquido consumido pelas atividades de investimento apresentou uma variação de R\$32.559 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao mesmo período de 2021, passando de caixa líquido consumido nas atividades de investimento de R\$(59.305) mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para um caixa líquido aplicado nas atividades de investimento de R\$(26.746) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Essa redução foi causada majoritariamente pela redução dos investimentos em ativo imobilizado e maiores receitas provenientes das aplicações financeiras.

#### **Atividades de financiamento**

O caixa líquido das atividades de financiamento apresentou uma variação de R\$(668.503) mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 quando comparado ao mesmo período de 2021, passando de um caixa líquido gerado de R\$646.905 mil no exercício social findo em 31 de

dezembro de 2021 para um caixa líquido consumido de R\$21.598 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Essa redução deu-se, sobretudo, pela não emissão de novas ações em bolsa visando captação de recursos e maior valor pago às obrigações com arrendamentos.

## 2.2 - Resultado operacional e financeiro

### (a) resultados das operações da Companhia

#### (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia reconhece receitas de seu único segmento operacional, qual seja o segmento de varejo, e que a base de sustentação de sua receita é composta por: (i) vendas (diretas ao consumidor final em lojas físicas ou *e-commerce*, substancialmente de móveis e artigos de decoração.; e (ii) prestação de serviços. A receita é reconhecida após a dedução de impostos e devolução sobre as vendas.

O quadro abaixo demonstra a participação na receita bruta da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Participação na receita bruta		
Revenda de mercadorias – Website	39%	38%
Revenda de mercadorias – Marketplace	29%	40%
Revenda de mercadorias – Lojas	30%	20%
Receita de prestação de serviço	2%	2%
Revenda de mercadorias – Outros	0%	0%
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

As receitas das vendas diretas de mercadoria ao consumidor são geradas em todas as lojas e a contabilização das receitas é feita quando da entrega e transferência da posse das mercadorias aos clientes. Dentre as receitas com vendas, o *website* da Companhia é a mais representativa em todos os períodos analisados, porém com participação decrescente, conforme quadro acima.

A participação das lojas físicas na receita apresentada acima cresceu em 2022. A participação das lojas físicas na receita apresentada acima cresceu em 2021, onde manteve-se o plano de expansão do varejo físico da Companhia.

As receitas de prestação de serviços são principalmente reconhecidas quando for provável que os benefícios significativos aos serviços prestados são transferidos à Companhia através da montagem e da entrega das mercadorias aos clientes, e representam, no máximo, 2% da receita operacional bruta da Companhia em todos os exercícios.

Os diretores da Companhia entendem que a receita operacional líquida da Companhia é diretamente afetada por inúmeros fatores, incluindo, mas não se restringindo a: (i) satisfação dos clientes com os serviços prestados pela Companhia; (ii) práticas comerciais de seus concorrentes; (iii) legislação tributária sobre venda de móveis e acessórios de decoração; e (iv) margem bruta auferida em comparação com o capital empregado. Além disso, os aspectos macroeconômicos como a atividade econômica do país e a taxa de desemprego da população e diversos outros fatores podem afetar os resultados da Companhia, como o aumento da concorrência em seus mercados e o custo dos insumos utilizados para a elaboração dos móveis e acessórios de decoração, o qual é diretamente impactado pela taxa de câmbio. Tais fatos, incluindo os já descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, podem impactar o desempenho da receita dos negócios da Companhia.

Para mais informações sobre as mudanças na receita e os motivos dessas alterações, consulte o item 2.1 do Formulário de Referência.

**(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Para mais informações sobre as mudanças na receita e os motivos dessas alterações, consulte o item 2.1 (h) do Formulário de Referência.

**(b) variações das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação**

Os Diretores da Companhia entendem que, devido a variações nos índices de inflação, o resultado operacional pode ser sensivelmente afetado e que, além dos fatores externos, sobre os quais a Companhia não possui controle e que podem afetar a demanda de vendas do produto final, a falta de investimentos para lançamentos de novos produtos pode ter impactos significativos em nossos resultados operacionais.

Ainda que não existam receitas significativas denominadas em moeda estrangeira e, conseqüentemente, as taxas de câmbio não tenham impacto direto sobre o aumento da receita, existem reflexos indiretos das taxas cambiais sobre custos e inflação, que incorporam o aumento dos insumos em dólares e, posteriormente, repassam para os preços dos produtos importados vendidos pela Companhia.

Historicamente, a Companhia tem se mostrado capaz de repassar elevações no custo dos produtos decorrentes de alterações na taxa de câmbio ao preço do produto, e está constantemente atuando na expansão de sua rede de fornecedores visando trazer produtos mais atrativos a melhores preços para seus clientes. Também, a Companhia tem a possibilidade de alterar sua demanda de determinados itens importados para a indústria doméstica, caso seja vantajoso reduzir sua exposição a flutuações da moeda estrangeira. 14,3% da receita bruta da Companhia no exercício de 2022 foi decorrente da revenda de produtos importados.

Além disso, mudanças na legislação tributária que afetem o setor em que atuamos, ou alterações nos benefícios fiscais concedidos à Companhia podem afetar adversamente o resultado operacional.

Para mais informações sobre as mudanças na receita e os motivos dessas alterações, consulte o item 2.1 (h) do Formulário de Referência.

**(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia**

Os negócios da Companhia são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços podem reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do seu público-alvo, afetando adversamente a confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, a propensão a consumir e capacidade de adimplência. Por outro lado, uma redução na taxa de juros básica elevaria o consumo da população e reduziria despesas de intermediação financeira da Companhia, através da queda nos juros de empréstimos bancários e principalmente o custo com a antecipação dos recebíveis.

Os Diretores da Companhia acreditam que pequenas variações nos índices de inflação são repassadas aos seus clientes, embora, nas negociações com fornecedores, busquem sempre o menor custo possível, respeitando os princípios de sua relação comercial. Um aumento significativo na inflação pode afetar seus negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir. Por outro lado, a redução na inflação pode aumentar ainda mais

o poder de consumo das classes mais baixas, com reflexos positivos no consumo dos produtos oferecidos pela Companhia.

De forma similar, pequenas variações na taxa de câmbio são repassadas para os preços dos seus produtos. A variação cambial afeta os custos de grande parte dos fornecedores da Companhia, de acordo com o grau de nacionalização de cada produto. A variação nos preços de alguns insumos pode afetar de forma relevante os custos de fornecedores e, conseqüentemente, os preços para seus clientes. Ainda que os móveis e acessórios de decoração comercializados pela Companhia sejam fabricados por uma quantidade considerável de fornecedores e que a Companhia não seja dependente de nenhum deles, os diretores acreditam que a exposição à variação de um único insumo não seja individualmente considerável.

86,2% dos custos com as mercadorias vendidas no exercício social de 2022 são realizados na mesma moeda das vendas. Considerando esta participação em conjunto com os fatores apresentados no item (b) acima como alternativas da Companhia em caso de elevação de custo de produto importado, o impacto de variação cambial é considerado como reduzido.

## **2.3 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

**(a) mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

### **CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contratos**

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substitui o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, o CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A norma traz o princípio de que a entidade deve reconhecer receitas à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, operacionalizado por um modelo de 5 passos para reconhecimento e mensuração: (1) Identificação de contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (5) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade atender uma obrigação de desempenho.

A receita de serviço da Companhia refere-se principalmente, a operações com Revenda de Mercadoria, parcerias com outras empresas (*marketplace*) e na realização de serviços relacionados.

### **CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 26 / IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros seja apresentada em linha separada na demonstração do resultado.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 / IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38 / IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

### **CPC 06(R2) / IFRS 16 – Arrendamento Mercantil**

O CPC 06(R2) / IFRS 16 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, opção a qual o ativo de direito de uso foi mensurado no mesmo montante do passivo de arrendamento, conforme disposto na norma contábil. Conseqüentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não foram reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes

das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06 (R2) / IFRS 16 não foram aplicados a informações comparativas.

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 / IFRIC 4 - "Determinação se um Acordo contém um Arrendamento". A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento descrita nas demonstrações financeiras da Companhia.

Na transição para o CPC 06(R2) / IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2) / IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) / IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2) / IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) / IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019.

#### *Como arrendatário*

Como arrendatário, a Companhia arrenda diversos ativos, incluindo imóveis. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06(R2) / IFRS 16, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

Na transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) / IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental do Grupo na data da aplicação inicial.
- por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) / IFRS 16 arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1) / IAS 17. Em particular:

- (i) não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;

- (ii) não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- (iii) excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- (iv) utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

A Companhia arrenda diversos equipamentos de produção. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06(R1) / IAS 17. Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06(R1) / IAS 17 imediatamente antes dessa data.

#### *Como arrendador*

A Companhia não é requerida a fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2) / IFRS 16 para arrendamentos nos quais atua como arrendador, exceto para um subarrendamento.

De acordo com o CPC 06(R1) / IAS 17, os contratos de arrendamento e subarrendamento foram classificados como arrendamentos financeiros. Na transição para o CPC 06(R2) / IFRS 16, a Companhia avaliou a classificação dos contratos de subarrendamento com referência ao ativo de direito de uso, e não ao ativo subjacente, e concluiu que eles são arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06(R2) / IFRS 16.

#### **IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda**

A norma IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12 / CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos.

#### **CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contratos**

A Companhia identificou que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições da norma nova. Suas receitas já são reconhecidas à medida que a Companhia atende suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação.

Por essa razão, o reconhecimento e a mensuração das receitas de contratos com clientes não sofreram alterações significativas. Assim, os resultados da Companhia não apresentaram impactos relevantes na adoção da norma.

#### **CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não produziu impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo, demonstrando as categorias de mensuração até então

vigentes no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias requeridas para mensuração no CPC 48 / IFRS 9, para cada classe de ativos financeiros do Grupo, a partir de 1º de janeiro de 2018.

(em R\$ mil)	CPC 38 / IAS 39		CPC 48 / IFRS 9	
Ativos	Categoria	Valores Contábeis	Categoria	Valores Contábeis
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	1.133	Custo amortizado	1.133
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	111	Valor justo por meio do resultado	111
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	26.506	Custo amortizado	26.506
<b>Total ativos financeiros</b>		<b>27.750</b>		<b>27.750</b>

O CPC 48 / IFRS 9 substituiu o modelo de “perdas incorridas” por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 não impactou significativamente as demonstrações financeiras do ano corrente.

#### **CPC 06(R2) / IFRS 16**

Na transição para o CPC 06(R2) / IFRS 16, o Grupo reconheceu ativos de direito de uso adicionais e passivos de arrendamento adicionais. O impacto na transição está resumido abaixo.

(em R\$ mil)	1º de janeiro de 2019
Ativos de direito de uso	18.703
Passivos de arrendamento	18.703

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 9,65%.

Após a adoção ao CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia aplicou uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos nos quais figura como arrendatário, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

A Companhia reconheceu os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de usar os ativos subjacentes.

#### **IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda**

A administração da Companhia concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

#### **Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25 / IAS 37)**

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações

aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. A administração da Companhia concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas Demonstrações Financeiras.

**Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48 / IFRS 9, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 / IFRS 7, CPC 11 / IFRS 4 e CPC 06 / IFRS 16)**

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento e Contabilidade de hedge. A administração da Companhia concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas Demonstrações Financeiras.

**(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Não houve ressalvas ou ênfase nos relatórios do auditor nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

## **2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

### **(a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

### **(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedade de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 1.12 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

### **(c) eventos ou operações não usuais**

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

## 2.5 - Medições não contábeis

### (a) valor das medições não contábeis

#### EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº156, de 23 de junho de 2022 (“**Resolução CVM 156**”) conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro (prejuízo) líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. (“**EBITDA**”).

A Margem EBITDA é uma medição não contábil que corresponde ao percentual do EBITDA representado pela receita operacional líquida. O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards (“IFRS”)*, emitidas pelo *International Accounting Standard Board (“IASB”)*, tampouco representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho operacional, como indicadores de liquidez da Companhia, tampouco como base para distribuição de dividendos.

Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, o EBITDA divulgado pela Companhia, bem como a Margem EBITDA podem não ser comparáveis ao EBITDA e Margem EBITDA apresentados por outras empresas.

Seguem abaixo os valores de EBITDA e de Margem EBITDA da Companhia nos exercícios sociais findos em 2022 e 2021:

Medições não contábeis	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
(R\$ mil, exceto %)		
<b>EBITDA</b>	<b>(27.631)</b>	<b>(30.987)</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>(4,30%)</b>	<b>(4,30%)</b>

#### Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta corresponde ao saldo total de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e a Dívida Líquida corresponde à Dívida Bruta menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa.

Medições não contábeis	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
(R\$ mil)		
<b>Dívida Bruta</b>	<b>12,623</b>	<b>-</b>
<b>Dívida Líquida</b>	<b>(223,700)</b>	<b>(271.532)</b>

#### Margem de Contribuição II e Margem de Contribuição III

A Margem de Contribuição II corresponde ao lucro bruto menos os custos logísticos (transportes e pessoas), custos com meios de pagamentos e provisões ou despesa com perda de crédito

esperada. A Margem de Contribuição III corresponde à Margem de Contribuição II menos os custos de marketing (propaganda e publicidade).

Medições não contábeis	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
(R\$ mil, exceto %)		
Margem de Contribuição II	174,936	189.325
Margem de Contribuição III	80,076	85.553

**(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

**EBITDA e Margem EBITDA**

A tabela abaixo apresenta a conciliação dos valores de EBITDA e Margem EBITDA apresentados pela Companhia nos exercícios sociais findos em 2022 e 2021 e os valores divulgados em suas demonstrações financeiras:

Medições não contábeis	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
(R\$ mil, exceto %)		
Prejuízo líquido	(89,838)	(84.809)
(+) Resultado financeiro líquido	6,277	(7.205)
(-) Depreciação e amortização	(68,484)	(46.617)
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	-	-
<b>EBITDA</b>	<b>(27,631)</b>	<b>(30.987)</b>
Receita operacional líquida	637,059	721.391
<b>Margem EBITDA</b>	<b>(4,30%)</b>	<b>(4,30%)</b>

**Dívida Bruta e Dívida Líquida**

A tabela abaixo apresenta a Dívida Bruta e a Dívida Líquida apresentados pela Companhia nos exercícios sociais findos em 2022 e 2021:

Cálculo Dívida Bruta e Dívida Líquida	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
(R\$ mil)		
Empréstimos e financiamentos (circulante)	12,623	-
Empréstimos e financiamento (não circulantes)	-	-
<b>Dívida Bruta</b>	<b>12,623</b>	<b>-</b>
Caixa e equivalentes de caixa	236,323	271,532
<b>Dívida Líquida</b>	<b>(223,700)</b>	<b>(271,532)</b>

**Margem de Contribuição II e Margem de Contribuição III**

A tabela abaixo apresenta a conciliação dos valores de Margem de Contribuição II e Margem de Contribuição III apresentados pela Companhia nos exercícios sociais findos em 2022 e 2021 e os valores divulgados em suas demonstrações financeiras:

Cálculo da Margem de Contribuição II e Margem de Contribuição III	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021

(R\$ mil)		
<b>Lucro bruto</b>	<b>254,188</b>	<b>287.075</b>
(-) Transportes	(56,528)	(73.960)
(-) Pessoas -logísticas	(13,594)	(13.462)
(-) Meios de pagamento	(8,778)	(9.616)
(-) Perda de crédito esperada	(352)	(712)
<b>Margem de Contribuição II</b>	<b>174,936</b>	<b>189.325</b>
(-) Propaganda e publicidade	(71,632)	(87.892)
(-) Pessoas – vendas	(23,228)	(15.790)
<b>Margem de Contribuição III</b>	<b>80,076</b>	<b>85.553</b>

**(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

**EBITDA e Margem EBITDA**

O EBITDA e a Margem EBITDA são utilizados como medidas de desempenho pela administração da Companhia, por serem medidas práticas para aferir o desempenho operacional da Companhia, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar seus resultados, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos. O EBITDA e a Margem EBITDA são informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizados em substituição às nossas informações financeiras auditadas ou revisadas. O EBITDA e Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelo BRGAAP nem pelo IFRS, não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes apresentados por outras companhias.

**Dívida Líquida e Dívida Bruta**

A Companhia usa a Dívida Bruta para monitorar seu nível de endividamento e para determinar a Dívida Líquida. A Companhia utiliza a Dívida Líquida para análise do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional da Companhia. A Dívida Líquida e a Dívida Bruta não são medidas de desempenho, endividamento ou liquidez reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente da Companhia.

**Margem de Contribuição II e Margem de Contribuição III**

A Companhia utiliza a Margem de Contribuição II e a Margem de Contribuição III para analisar granularmente a evolução dos principais componentes do resultado. A Margem de Contribuição II e a Margem de Contribuição III não são medidas de desempenho, endividamento ou liquidez reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Margem de Contribuição II e a Margem de Contribuição III de maneira diferente da Companhia.

## **2.6 - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras**

**Eventos subsequentes às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.**

Não há eventos subsequentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

## 2.7 - Destinação de resultados

	2022
<b>a. regras sobre retenção de lucros</b>	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia era constituída sob a forma de sociedade anônima e adotava como prática de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“ <b>Lei das Sociedades por Ações</b> ”), aplicável à Companhia, que prevê que a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de lucros será aprovada através de Assembleia Geral Ordinária.
<b>b. regras sobre distribuição de dividendos</b>	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adotava como prática de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, que prevê que a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de lucros será aprovada através de Assembleia Geral Ordinária.
<b>c. periodicidade das distribuições de dividendos</b>	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adotava como prática de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, que prevê que a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de lucros será aprovada através de Assembleia Geral Ordinária.
<b>d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
<b>e. política de destinação de resultados</b>	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.

## **2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

### **(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial.

### **(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

### **(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

### **(iii) contratos de construção não terminada**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

### **(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

### **(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período corrente e ao último exercício social.

## **2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados**

**(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

## **2.10 - Plano de negócios**

### **(a) investimentos**

#### **(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

No ano de 2022, a Companhia realizou investimentos em sua expansão logística, no crescimento do número de lojas físicas e no desenvolvimento de tecnologias proprietárias, e atualmente planeja expandir estes investimentos. Foram inauguradas neste ano 5 lojas físicas, sendo 4 Megastores e 2 Outlets com o fechamento de 1 Zip. No mesmo exercício, foi expandido a área de atuação da MoblyLog para mais cidades do interior paulista.

No longo prazo, a Companhia avalia perspectivas positivas devido a diversos fatores como: (i) a aceleração da penetração do e-commerce, fomentado pela população jovem e cada vez mais conectada, pelo aumento da disseminação de smartphones e do acesso à internet; (ii) a evolução do nosso modelo de marketplace, incluindo o aumento da base de parceiros e de expansão de sortimento; e (iii) melhorias e novos desenvolvimentos em funções de tecnologias e funcionalidades de produtos.

A Companhia prevê reforçar o seu investimento em construção de marca e aquisição de usuários substancialmente nos próximos anos. Com os recursos da parcela primária da oferta pública inicial da Companhia, a mesma destinou investimentos em marketing online e pretende ainda publicidade em veículos televisivos visando a expansão de sua base de clientes. Segue-se com o plano de expansão do modelo omnicanal da Companhia, também para a ampliação da rede de centros de distribuição e investimentos em infraestrutura de TI

Os efeitos decorrentes da pandemia da COVID-19 impactaram a economia como um todo, e por consequência o setor de atuação da Companhia. Entretanto, na data deste Formulário de Referência, a administração da Companhia não vislumbra quaisquer alterações em seu plano de expansão em decorrência dos impactos da pandemia de COVID-19.

#### **(ii) fontes de financiamento dos investimentos**

Os investimentos da Companhia vêm sendo suportados pela captação de recursos na abertura de capital ocorrida em fevereiro de 2021. A partir dessa mesma captação, a Companhia quitou todas as obrigações de empréstimos e financiamentos junto a terceiros no período findo em 31 de dezembro de 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia passou a financiar as atividades de importação e a antecipar parte dos seus recebíveis. Em contrapartida, os rendimentos das aplicações financeiras feitas a parte do caixa obtido têm sido significativos nos resultados financeiros.

#### **(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

### **(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

**(c) novos produtos e serviços**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

**(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

**(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

**(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

**(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

## **2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

A Companhia entende que todos os fatores que influenciaram de maneira relevante no seu desempenho operacional foram expostos no item 2 acima.

**ANEXO II – INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

*(nos termos das seções 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência  
conforme artigo 11, inciso I da Resolução da CVM nº 81)*

*(este anexo inicia-se na próxima página)*

### 7.3 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição <sup>(*)</sup>	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse <sup>(*)</sup>	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidos na Companhia</b>					
<b>Monica Lamas</b>	21/12/1996	Pertence ao Conselho de Administração	28/04/2023	AGO 2024o	N/A
888.170.837-04	Engenheira	Conselheiro (Independente)	28/04/2023	Sim	N/A
N/A					

<sup>(\*)</sup> Considera a aprovação, pelos acionistas da Companhia, da deliberação de eleição do membro independente do Conselho de Administração da Companhia em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2023.

<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações</b>
<b>Monica Lamas - 888.170.837-04</b>
<p>Monica Lamas é graduada em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e detentora de um MBA em administração, estratégia, marketing, finanças e comportamento das organizações pela renomada Kellogg School of Management. Com vasta experiência no setor de varejo e infraestrutura, Monica já trabalhou em diversas empresas, incluindo Mesbla, onde atuou como gerente de loja; Booz Allen Hamilton (hoje Strategy&amp;), onde prestou serviços de consultoria nas áreas de varejo e bens de consumo; e Whirlpool, onde foi gerente de peças e sócia-fundadora da Hanzo, uma plataforma de software como serviço (SaaS) voltada para soluções de pagamentos, produtos e fidelização de clientes para empresas de varejo. Atualmente, Monica trabalha no setor de infraestrutura onde ocupou o cargo de Chief Commercial Officer (CCO) na GRU Airport de 2016 a 2021, bem como recentemente assumiu o cargo de CCO na CCR Airports.</p> <p>Monica Lamas declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21. Adicionalmente, com base em sua declaração de independência, seu currículo e seu histórico profissional, é considerado conselheiro independente em observância aos critérios de independência do regulamento do segmento denominado Novo Mercado da B3.</p>

<b>Tipo de condenação</b>	<b>Descrição da condenação</b>
<b>Monica Lamas - 888.170.837-04</b>	
N/A	N/A

#### **7.4 - Composição dos comitês**

Não aplicável, tendo em vista que o membro independente indicado ao Conselho de Administração nos termos do item 7.3 acima não será membro de comitês da Companhia.

## **7.5 - Relações familiares**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, pois, na data deste Formulário de Referência, não existe nenhuma relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores da Companhia, controladas ou controladores.

## **7.6 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, pois, na data deste Formulário de Referência, não existem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

**ANEXO III – DECLARAÇÃO ACERCA DA INDEPENDÊNCIA DE MEMBRO DO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

*(este anexo inicia-se na próxima página)*

## DECLARAÇÃO ACERCA DA INDEPENDÊNCIA DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ao Conselho de Administração da Mobly S.A.

São Paulo, 27 de março de 2023.

Ref.: **Declaração acerca da independência de candidato a membro do Conselho de Administração da Mobly S.A.**

Venho, por meio desta, para fins do artigo 6º, Anexo K, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, declarar que **não**:

- (i) sou acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- (ii) tenho o exercício de meu voto nas reuniões do conselho de administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia;
- (iii) sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral até segundo grau do acionista controlador ou de administrador da Companhia, ou de administrador do seu acionista controlador direto ou indireto;
- (iv) sou ou fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador direto ou indireto;
- (v) tenho vínculo de parentesco por afinidade até segundo grau de acionista controlador, administrador da Companhia, ou administrador de seu acionista controlador direto ou indireto;
- (vi) sou ou fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia;
- (vii) tenho relações comerciais, inclusive de prestação de serviços ou fornecimento de insumos em geral, com a Companhia, o seu acionista controlador direto ou indireto ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- (viii) ocupo cargo com poder decisório na condução das atividades de sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador direto ou indireto;
- (ix) recebo outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador direto ou indireto, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro independente do conselho de administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador direto ou indireto, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da Companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar; e
- (x) fundei a Companhia ou tenho influência significativa sobre ela.

Dessa forma, confirmo meu enquadramento como membro independente segundo os critérios estabelecidos pela regulamentação aplicável e solicito que esta declaração seja encaminhada à apreciação e ratificação da Assembleia Geral da Companhia.

Sendo o que cumpria para o momento, subscrevo.

**DECLARATION ABOUT THE INDEPENDENCE OF A  
MEMBER OF THE BOARD OF DIRECTORS**

To the Board of Directors of Mobly S.A.

São Paulo, March 27, 2023.

**Subject: Declaration regarding the independence of a candidate for a member of the Board of Directors of Mobly S.A.**

I hereby declare, for the purposes of Article 6, Annex K, of the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM) Resolution No. 80, dated March 29, 2022, as amended, that I am not:

- (i) a direct or indirect controlling shareholder of the Company;
- (ii) bound by a shareholder agreement that relates to matters related to the Company in exercising my vote at the meetings of the Company's board of directors;
- (iii) a spouse, partner, or relative, in a direct or collateral line up to the second degree, of the Company's controlling shareholder or administrator, or of the administrator of its direct or indirect controlling shareholder;
- (iv) an employee or director of the Company or its direct or indirect controlling shareholder in the last 3 (three) years;
- (v) related by affinity up to the second degree to the controlling shareholder, administrator of the Company, or administrator of its direct or indirect controlling shareholder;
- (vi) an employee or director of companies affiliated, controlled, or under common control with the Company in the last 3 (three) years;
- (vii) engaged in business relationships, including the provision of services or supply of inputs in general, with the Company, its direct or indirect controlling shareholder, or affiliated, controlled, or under common control companies;
- (viii) holding a position with decision-making power in the conduct of the activities of a company or entity that has business relationships with the Company or its direct or indirect controlling shareholder;
- (ix) receiving other remuneration from the Company, its direct or indirect controlling shareholder, affiliated, controlled, or under common control companies other than that related to acting as an independent member of the board of directors or committees of the Company, its direct or indirect controlling shareholder, affiliated, controlled, or under common control companies, except for cash benefits arising from participation in the Company's share capital and benefits arising from supplementary pension plans; and
- (x) the founder of the Company or have significant influence over it.

Therefore, I confirm my classification as an independent member according to the criteria established by applicable regulations and request that this declaration be submitted to the General Meeting of the Company for consideration and ratification.

There being no further business to be dealt with, I subscribe.

## Declaração Independencia do BOARD.pdf

Documento número #cf6a73ae-12f2-42e8-b284-ae1ddb890ab8

Hash do documento original (SHA256): 8ce9e130a8b16308cde61deb2ffb399a50b6d69a7a0a8763427e6bbc6de5150b

### Assinaturas

 **Monica Lamas**  
CPF: 888.170.837-04  
Assinou em 28 mar 2023 às 15:14:01

 **Maria Letícia Costa**  
CPF: 050.932.788-58  
Assinou em 27 mar 2023 às 15:15:49

### Log

- 27 mar 2023, 14:47:22 Operador com email victor.chunques@mobly.com.br na Conta 6c98956f-33ef-45ec-ad80-b34c4d472d05 criou este documento número cf6a73ae-12f2-42e8-b284-ae1ddb890ab8. Data limite para assinatura do documento: 27 de abril de 2023 (18:43). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 27 mar 2023, 14:47:23 Operador com email victor.chunques@mobly.com.br na Conta 6c98956f-33ef-45ec-ad80-b34c4d472d05 adicionou à Lista de Assinatura: monica.lamas@gmail.com para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Monica Lamas e CPF 888.170.837-04.
- 27 mar 2023, 14:47:23 Operador com email victor.chunques@mobly.com.br na Conta 6c98956f-33ef-45ec-ad80-b34c4d472d05 adicionou à Lista de Assinatura: leticia.costa028@gmail.com para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Maria Letícia Costa e CPF 050.932.788-58.
- 27 mar 2023, 15:15:49 Maria Letícia Costa assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail leticia.costa028@gmail.com. CPF informado: 050.932.788-58. IP: 191.23.85.15. Componente de assinatura versão 1.472.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 28 mar 2023, 15:14:01 Monica Lamas assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail monica.lamas@gmail.com. CPF informado: 888.170.837-04. IP: 200.143.74.55. Componente de assinatura versão 1.472.1 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 28 mar 2023, 15:14:01 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número cf6a73ae-12f2-42e8-b284-ae1ddb890ab8.

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº cf6a73ae-12f2-42e8-b284-ae1ddb890ab8, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em [www.clicksign.com](http://www.clicksign.com).

**ANEXO IV – INFORMAÇÕES DA SEÇÃO 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

*(conforme artigo 13, inciso II da Resolução CVM 81)*

*(este anexo inicia-se na próxima página)*

## **8.1 - Política ou prática de remuneração**

**(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A política de remuneração foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de dezembro de 2020, alterada em 25 de março de 2021, e estabelece princípios e critérios para a remuneração dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento, da Diretoria e do Conselho Fiscal (quando instalado) da Companhia (“**Política de Remuneração**”).

**(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria**

**(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam**

Uma vez aprovada a remuneração global dos administradores, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o órgão responsável pelo processo decisório de remuneração individual, segundo o Estatuto Social da Companhia, é o Conselho de Administração da Companhia.

**(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual**

Para definição da remuneração dos administradores e membros do Conselho de Administração da Companhia, são consideradas as práticas de mercado para usualmente aplicadas no setor da Companhia, especialmente em empresas do mesmo porte.

**(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração**

A avaliação da adequação da Política de Remuneração será realizada anualmente, por ocasião da convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, levando-se em consideração as práticas de mercado usualmente aplicadas no setor da Companhia, especialmente em empresas do mesmo porte da Companhia.

**(c) composição da remuneração**

**(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

Desde a constituição da Companhia em setembro de 2018, os seus diretores estatutários eram também administradores das controladas. Desta forma, os diretores da Companhia não fizeram jus a qualquer remuneração em virtude de seu cargo na Companhia no último exercício social, tendo recebido remuneração diretamente da única controlada operacional da Companhia. Além disso, o Conselho de Administração da Companhia foi instalado somente em 3 de dezembro de 2020 e os conselheiros não fizeram jus a qualquer remuneração no exercício de 2020 e 2021.

Desde a abertura de capital da Companhia, realizada em fevereiro de 2021, a remuneração dos administradores passou a ser devida pela Companhia e pode ser constituída pelos seguintes componentes, nos termos da Política de Remuneração: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; (iv) remuneração baseada em ações; e (v) outros que o Conselho de Administração venha a determinar, exceto pelos membros do Conselho Fiscal que, quando instalado, farão jus somente à remuneração fixa.

A remuneração fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado.

A remuneração variável tem como objetivo direcionar as ações dos Administradores ao cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia, visando atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais *stakeholders* da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas.

Os Administradores podem, ainda, fazer jus a benefícios como assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, vale refeição, desconto para a compra de produtos da Companhia.

**(ii) razões que justificam a composição da remuneração**

A estratégia de remuneração adotada pela Companhia visa: (i) a aplicar critérios e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da Companhia; (ii) ao reconhecimento de performance diferenciada, reforçando a meritocracia; (iii) a garantir a competitividade frente ao mercado-alvo, permitindo a atração e retenção dos melhores profissionais para a administração da Companhia; e (iv) a garantir a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

**(iii) membros não remunerados**

Conforme informado no item (i) acima, nenhum dos administradores da Companhia fez jus à remuneração pela Companhia no último exercício social.

**(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

No último exercício social, os administradores da Companhia foram remunerados exclusivamente pela controlada Mobly Varejista. Desde a abertura de capital da Companhia, realizada em fevereiro de 2021, os administradores passaram a ser remunerados pela Companhia, conforme a Política de Remuneração e dentro do limite de remuneração anual global a ser estabelecido pela assembleia geral de acionistas da Companhia anualmente. Para maiores informações, veja o item 8.19 deste Formulário de Referência.

**(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia**

Não aplicável, tendo em vista que não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

## 8.2 - Remuneração total por órgão

<b>Remuneração total para o Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº total de membros	6	3	N/A	8,75
Nº de membros remunerados	2	3	N/A	4,83
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	840.000	4.320.000	N/A	5.160.000
Benefícios diretos e indiretos	0	269.749	N/A	269.749
Participação em comitês	120.000	0	N/A	120.000
Outros	0	0	N/A	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	N/A	0
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0	2.587.500	N/A	2.587.500
Participação de resultados	0	0	N/A	0
Participação em reuniões	0	0	N/A	0
Comissões	0	0	N/A	0
Outros	400.000	3.135.886	N/A	3.535.886
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	N/A	0
<b>Pós-emprego</b>	0	0	N/A	0
<b>Cessação do cargo</b>	0	0	N/A	0
<b>Baseada em ações, incluindo opções</b>	0	3.326.865	N/A	3.326.865

<b>Observação</b>	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº01/2023 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) membros do Conselho de Administração que são também diretores foram considerados apenas na Diretoria.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº01/2023 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) membros do Conselho de Administração que são também diretores foram considerados apenas na Diretoria.	N/A	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº01/2023 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) membros do Conselho de Administração que são também diretores foram considerados apenas na Diretoria.
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.360.000</b>	<b>13.640.000</b>	<b>N/A</b>	<b>15.000.000</b>

<b>Remuneração total para o Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº total de membros	6	3	N/A	8,75
Nº de membros remunerados	2	3	N/A	4,83
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.176.000	5.127.000	N/A	6.303.000
Benefícios diretos e indiretos	4.225	276.967	N/A	281.192
Participação em comitês	0	0	N/A	0
Outros	0	0	N/A	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	N/A	0
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0	937.500	N/A	
Participação de resultados	0	0	N/A	0
Participação em reuniões	0	0	N/A	0
Comissões	0	0	N/A	0
Outros	0	0	N/A	0

Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	N/A	0
<b>Pós-emprego</b>	0	0	N/A	0
<b>Cessação do cargo</b>	0	0	N/A	0
<b>Baseada em ações, incluindo opções</b>	0	2.246.370	N/A	2.246.370
<b>Observação</b>	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/S EP/Nº01/2023 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) membros do Conselho de Administração que são também diretores foram considerados apenas na Diretoria.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/S EP/Nº01/2023 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) membros do Conselho de Administração que são também diretores foram considerados apenas na Diretoria.	N/A	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/S EP/Nº01/2023 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) membros do Conselho de Administração que são também diretores foram considerados apenas na Diretoria.
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.180.225</b>	<b>8.587.837</b>	<b>N/A</b>	<b>9.768.062</b>

<b>Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2021 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº total de membros	5,75	3	N/A	8,75
Nº de membros remunerados	1,83	3	N/A	4,83
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.056.000	4.125.000	N/A	5.181.000
Benefícios diretos e indiretos	0	190.397	N/A	190.397
Participação em comitês	211.200	0	N/A	211.200
Outros	0	0	N/A	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	N/A	0
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0	3.964.119	N/A	3.964.119
Participação de resultados	0	0	N/A	0

Participação em reuniões	0	0	N/A	0
Comissões	0	0	N/A	0
Outros	0	0	N/A	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	N/A	0
Pós-emprego	0	0	N/A	0
Cessação do cargo	0	0	N/A	0
Baseada em a�oes, incluindo op�oes	0	3,810.469	N/A	3,810.469
Observa�o	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/S EP/N�01/2023 o número de membros do Conselho de Administra�o foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido �rgo apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) membros do Conselho de Administra�o que são também diretores foram considerados apenas na Diretoria.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/S EP/N�01/2023 o número de membros do Conselho de Administra�o foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido �rgo apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) membros do Conselho de Administra�o que são também diretores foram considerados apenas na Diretoria.	N/A	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/S EP/N�01/2023 o número de membros do Conselho de Administra�o foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido �rgo apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) membros do Conselho de Administra�o que são também diretores foram considerados apenas na Diretoria.
<b>Total da remunera�o</b>	<b>1.267.200</b>	<b>15.771.200</b>	<b>N/A</b>	<b>17.038.400</b>

Remunera�o total do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administra�o	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N� total de membros	N/A	3	N/A	3
N� de membros remunerados	N/A	0	N/A	0
Remunera�o fixa anual				
Salário ou pr�-labore	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Participa�o em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descri�o de outras remunera�oes fixas	N/A	N/A	N/A	N/A

<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Baseada em a�oes, incluindo op�oes	N/A	N/A	N/A	N/A
Observa�o	N/A	No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, os administradores da Companhia foram remunerados exclusivamente pela controlada Mobly Varejista. Para informaçoes adicionais, veja o item 8.1 e 8.13 deste Formulário de Referência.	N/A	N/A
Total da remunera�o	N/A	N/A	N/A	N/A

### 8.3 - Remuneração variável por órgão

31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	3	N/A	9
Nº de membros remunerados	2	3	N/A	5
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.587.500	N/A	2.587.500
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	1.956.754	N/A	1.956.754
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	N/A	0

31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	6	3	N/A	9
<b>Nº de membros remunerados</b>	2	3	N/A	5
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.587.500	N/A	2.587.500
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	1.956.754	N/A	1.956.754
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	2.246.370	N/A	2.246.370
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0

31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	5,75	3	N/A	8,75
<b>Nº de membros remunerados</b>	1,83	3	N/A	4,83
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	3.964.119	N/A	3.964.119
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	2.250.000	N/A	2.250.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	3.810.455	N/A	3.810.455
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0

31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	N/A	3	N/A	3
<b>Nº de membros remunerados</b>	N/A	0	N/A	0
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

## **8.4 - Plano de remuneração baseado em ações**

### **(a) termos e condições gerais**

#### ***Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações***

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de dezembro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações (“**Plano**”), cujo objeto é a outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia (“**Ações**”) aos administradores e/ou empregados da Companhia ou de outra(s) sociedade(s) sob o seu controle, e as pessoas naturais que a elas prestem serviço, que venham a ser escolhidos como pessoas elegíveis a critério exclusivo do Conselho de Administração (“**Pessoas Elegíveis**”), conforme eleitas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê para participar do Plano (“**Participantes**”). Em 4 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia (“**Primeiro Programa**”). Além disso, em 25 de março de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram a alteração e consolidação do Plano, e o Conselho de Administração aprovou a alteração e consolidação do Primeiro Programa.

O Conselho de Administração propõe a aprovação pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2022, com relação à alteração e consolidação do Plano, a fim de incluir pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às suas controladas na definição de Pessoas Elegíveis na Cláusula 3 e na definição de Outorgados da Cláusula 1.1.16.

O Primeiro Programa permite a outorga de opções a determinados beneficiários que tiveram papel essencial no desenvolvimento da Companhia, condicionando o início das outorgas individuais aos beneficiários a partir da data de divulgação do Prospecto Definitivo da oferta pública de distribuição inicial de ações de emissão da Companhia, ocorrida em 04 de fevereiro de 2021 (“**IPO**”), e que têm como principal finalidade a retenção de tais colaboradores e o alinhamento de interesses de longo prazo.

Na forma do Plano, cada opção outorgada no âmbito Primeiro Programa dará ao beneficiário o direito de subscrever 1 ação, ao preço por ação do IPO. No exercício social finalizado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia incluiu em seu plano de outorga de compra de ações pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às suas controladas na definição de Pessoas Elegíveis na Cláusula 3 e na definição de Outorgados da Cláusula 1.1.16.

### **(b) data de aprovação e órgão responsável**

Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de dezembro de 2020.

### **(c) número máximo de ações abrangidas**

A Companhia não tem planos de concessão direta de ações.

O Plano prevê o exercício das opções que representem até 6% do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano, i.e. 4.167.171 ações. O Primeiro Programa abrange a outorga opções dessas opções que representem até 1,2% do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano, i.e. 833.434 ações.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram a alteração da diluição máxima do Plano para 6% do capital social da Companhia imediatamente após o IPO, i.e. 6.389.394 ações ordinárias. Além disso, o Conselho

de Administração aprovou a alteração do limite máximo sob o Primeiro Programa para 1,2% do capital social da Companhia imediatamente após o IPO, i.e 1.277.878 ações.

**(d) número máximo de opções a serem outorgadas**

O Plano prevê a abrangência de até 6.389.394 e o Primeiro Programa abrange a outorga de até 1.277.878 opções

**(e) condições de aquisição de ações**

O Conselho de Administração aprovará a outorga de opções, elegendo os outorgados em favor dos quais serão outorgadas opções nos termos do Plano, fixando o preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais opções. Cada opção dará direito ao outorgado de adquirir 1 (uma) ação, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo contrato de opção.

No âmbito do Primeiro Plano, o exercício das opções – mediante o pagamento do preço de exercício – está sujeito ao transcurso integral de seu respectivo prazo de carência, conforme detalhado no item (f) abaixo.

**(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será o valor justo das ações na Data da Outorga, assim entendido (i) para as outorgas de Opções objeto do primeiro Programa a ser aprovado pelo Conselho de Administração, o preço de exercício será equivalente ao preço por ação no IPO, corrigido pela variação do IPCA, desde a data do IPO até a data do efetivo exercício da Opção; ou (ii) para as outorgas de Opções subsequentes, o Preço de Exercício será equivalente à média ponderada das cotações das ações de emissão da Companhia nos 30 (trinta) pregões na B3 imediatamente anteriores à Data de Outorga, corrigido pela variação do IPCA desde a data de outorga até a data do efetivo exercício da Opção.

**(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício**

O prazo de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração, quando da aprovação do respectivo programa.

No âmbito do Primeiro Programa, as opções outorgadas se tornam exercíveis (*vested*) em lotes trimestrais proporcionais ao longo de um período de três anos a contar da data da outorga. A partir da data em que as opções se tornam exercíveis, o Participante poderá exercê-las e receber ações da Companhia por um período de 4 anos. Caso não haja o exercício das opções exercíveis neste prazo, as opções se tornarão vencidas e extintas.

**(h) forma de liquidação**

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração e mediante pagamento do preço de exercício pelo Participante, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou vender ações mantidas em tesouraria, observada a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

**(j) restrições à transferência das ações**

Após o exercício das opções, o Participante não poderá ceder, alienar, negociar ou transferir, a qualquer título, as ações adquiridas em virtude do exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano durante o período de restrição de um ano, contado da data do exercício das opções.

O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício das opções a determinadas condições, bem como impor, além do período de restrição, outros impedimentos e restrições à transferência das ações adquiridas em razão do exercício das opções, podendo também ser reservado à Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência previamente a alienação pelo outorgado dessas mesmas ações

**(k) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

O Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da assembleia geral da Companhia, ou pela dissolução ou liquidação da Companhia, o que ocorrer primeiro. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

**(l) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Quando da aprovação dos programas ou dos contratos de opção, serão fixadas regras relativas ao tratamento que será dado às opções outorgadas nas hipóteses de desligamento do outorgado da Companhia. Deverão ser consideradas, pelo menos, as hipóteses em que o outorgado (i) se desligue por vontade própria, (ii) seja desligado por vontade da Companhia, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador; (iii) seja desligado por vontade da Companhia, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, e (iv) venha a falecer ou se tornar permanentemente inválido.

No âmbito do Primeiro Programa, caso o beneficiário renuncie ao cargo exercido na Companhia, ou seja, desligado da Companhia por justa causa, não fará jus a qualquer parcela das opções a ele outorgadas e ainda não exercidas, as quais serão automaticamente extintas. Em caso de desligamento sem justa causa, o Beneficiário fará jus à totalidade das opções cujos respectivos períodos de carência já tenham transcorrido integralmente, e cujo prazo de exercício não tenha se encerrado, bem como à quantidade de opções calculada *pro-rata temporis* em relação ao período de carência transcorrido para cada lote. Em caso de falecimento do Beneficiário, os períodos de carência serão considerados vencidos antecipadamente, de modo que os herdeiros e sucessores do Beneficiário farão jus à totalidade das opções a ele outorgadas.

## 8.5 - Remuneração baseada em ações (opções de compra de ações)

As opções de compra sob o Plano e o Primeiro Programa puderam ser outorgadas a partir da divulgação do Prospecto Definitivo do IPO da Companhia, ocorrida em 4 de fevereiro de 2021.

A primeira outorga de opções sob o Primeiro Programa foi realizada pelo Conselho de Administração em 1º de abril de 2021, conforme descrito abaixo:

<b>Exercício Social encerrado em 31/12/2021</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº total de membros</b>	5,75	3
<b>Nº de membros remunerados</b>	1,83	3
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	29,42
b. Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
c. Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto</b>	N/A	0,75%

A segunda outorga de opções sob o Primeiro Programa foi realizada pelo Conselho de Administração em 14 de junho de 2022, conforme descrito abaixo:

<b>Exercício Social encerrado 31/12/2022*</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº total de membros</b>	6	3
<b>Nº de membros remunerados</b>	2	3
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	19,90
b. Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
c. Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto</b>	N/A	1,20%

\* Referente às opções outorgadas em 1º de abril de 2021 e em aberto em 1º de janeiro de 2022.

O Conselho de Administração pretende realizar as seguintes outorgas de opções sob o Primeiro Programa durante o exercício social corrente, prevista para ocorrer em 1º de maio de 2023:

<b>Prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023*</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N° total de membros</b>	6	3
<b>N° de membros remunerados</b>	2	3
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	13,30
b. Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
c. Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto</b>	N/A	1,95%

\* Referente às opções outorgadas em 1º de abril de 2021 e 1º de abril de 2022 e em aberto em 1º de janeiro de 2023.

## 8.6 – Outorga de opções de compra de ações

Previsto para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>N° total de membros</b>	<b>6</b>	<b>3</b>
<b>N° de membros remunerados</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Data de outorga	N/A	Primeira Outorga - 01/04/2021 Segunda Outorga – 14/06/2022 Terceira Outorga – 01/05/2023
Quantidade de opções outorgadas	N/A	Primeira Outorga – 798.675 Segunda Outorga – 479.205 Terceira Outorga - 798.675
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	Primeira Outorga - 01/04/2024 Segunda Outorga – 14/06/2025 Terceira Outorga – 01/05/2026
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Primeira Outorga - 01/04/2028 Segunda Outorga – 14/06/2029 Terceira Outorga – 01/05/2030
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano a partir do exercício
<b>Valor justo das opções na data de cada outorga</b>	<b>N/A</b>	Primeira Outorga – R\$ 29,42 Segunda Outorga – R\$ 4,03 Terceira Outorga – R\$ 2,75
<b>Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga</b>	<b>N/A</b>	Primeira Outorga – 23.495.687,38 Segunda Outorga – 1.929.598,80 Terceira Outorga – 2.196.356,25

Exercício Social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>N° total de membros</b>	<b>6</b>	<b>3</b>
<b>N° de membros remunerados</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Data de outorga	N/A	Primeira Outorga - 01/04/2021 Segunda Outorga – 14/06/2022
Quantidade de opções outorgadas	N/A	Primeira Outorga – 798.675 Segunda Outorga – 479.205
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	Primeira Outorga - 01/04/2024 Segunda Outorga – 14/06/2025
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Primeira Outorga - 01/04/2028 Segunda Outorga – 14/06/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano a partir do exercício
<b>Valor justo das opções na data de cada outorga</b>	<b>N/A</b>	Primeira Outorga – R\$ 29,42 Segunda Outorga – R\$ 4,03
<b>Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga</b>	<b>N/A</b>	Primeira Outorga – 23.495.687,38 Segunda Outorga – 1.929.598,80

Exercício Social encerrado em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>N° total de membros</b>	<b>6</b>	<b>3</b>
<b>N° de membros remunerados</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Data de outorga	N/A	01/04/2021

Quantidade de opções outorgadas	N/A	798.675
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	01/04/2024
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	01/04/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano a partir do exercício
<b>Valor justo das opções na data de cada outorga</b>	<b>N/A</b>	<b>29,42</b>
<b>Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga</b>	<b>N/A</b>	<b>23.495.687,38</b>

<b>Exercício Social encerrado em 31/12/2020</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>N° total de membros</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>
<b>N° de membros remunerados</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
<b>Valor justo das opções na data de cada outorga</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>
<b>Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>

## 8.7 - Opção em aberto

Exercício social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	6	3
N° de membros remunerados	2	3
<b>Em relação às opções ainda não exercíveis</b>		
Quantidade	N/A	1.277.880
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	01/04/2024
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	01/04/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano a partir do exercício
Preço médio ponderado de exercício	N/A	19,90
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	3,00
<b>Em relação às opções exercíveis</b>		
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
<b>Valor justo do total das opções no último dia do exercício social</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>

## **8.8 - Opções exercidas e ações entregues**

Não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

### **8.9 - Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários**

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma ação foi entregue pela Companhia aos seus administradores nos últimos três exercícios sociais e não há previsão em relação ao exercício social corrente.

### **8.10 - Outorga de ações**

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma ação foi outorgada pela Companhia aos seus administradores nos últimos três exercícios sociais e não há previsão em relação ao exercício social corrente.

### **8.11 - Ações entregues**

Não aplicável, tendo em vista que não houve entrega de ações de emissão da Companhia para administradores nos últimos três exercícios sociais.

## 8.12 - Precificação das ações/opções

### (a) modelo de precificação

Os valores justos das opções mencionados no item 8.5, foram avaliados a partir do modelo de Black-Scholes, com base nas datas de outorga realizadas em 1º de abril de 2021 e 1º de abril de 2022, bem como na data de outorga estimada para 1º de maio de 2023.

### (b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O modelo de precificação considerou as seguintes premissas na outorga de opções realizada em 1º de abril de 2021:

Preço de Exercício	R\$29,42
Volatilidade Esperada	48,34%
Prazo de Carência/Prazo de Vida das Opções	01/04/2024
Taxa de juros livre de riscos	5,5%
Dividendos Esperados	Não considerados, em vista do histórico de distribuição da Companhia
Valor das Ações	R\$21,00

O modelo de precificação considerou as seguintes premissas na outorga de opções realizada em 1º de abril de 2022:

Preço de Exercício	R\$4,03
Volatilidade Esperada	56,00%
Prazo de Carência/Prazo de Vida das Opções	14/06/2025
Taxa de juros livre de riscos	8,00%
Dividendos Esperados	Não considerados, em vista do histórico de distribuição da Companhia
Valor das Ações	R\$3,38

Para as outorgas de opções previstas para serem realizadas em 1º de maio de 2023, o modelo de precificação considerará as seguintes premissas:

<b>Preço de Exercício</b>	2,75
<b>Volatilidade Esperada</b>	53,34%
<b>Prazo de Carência/Prazo de Vida das Opções</b>	01/04/2026
<b>Taxa de juros livre de riscos</b>	10,97%
<b>Dividendos Esperados</b>	Não considerados, em vista do histórico de distribuição da Companhia
<b>Valor das Ações</b>	2,52

**(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

Considerando que o Plano sujeita o exercício das opções ao transcurso integral do prazo de carência (exceções pontuais em caso de desligamento involuntário, falecimento ou invalidez do beneficiário), o método não considera o exercício antecipado das opções, adotando como premissa o exercício das opções após os respectivos prazos de carência.

**(d) forma de determinação da volatilidade esperada**

A volatilidade esperada até o vencimento de cada lote de opções de compra de ações foi estimada a partir de um modelo GARCH (1,1), aplicado a uma série histórica de cotações do Ibovespa e de empresas similares (de varejo digital brasileiro) e interpoladas com pesos iguais, visto que a Companhia somente possui ações admitidas em bolsa desde fevereiro de 2021.

**(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

As características relevantes do Primeiro Programa foram mencionadas nos itens anteriores.

### 8.13 - Participações detidas por órgão

A tabela abaixo contém a participação consolidada em ações emitidas pela Companhia, por membros do conselho de administração e da diretoria estatutária em 31 de dezembro de 2022:

Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
0	7.563.417	0	7.563.417

Com exceção das participações acima e das opções descritas no item 8.5, os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária da Companhia não possuíam quaisquer outras ações ou cotas outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas emitidas pela Companhia, por sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia na data deste Formulário de Referência.

#### **8.14 - Planos de previdência**

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do conselho de administração e da diretoria.

## 8.15 - Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
<b>Nº total de membros</b>	3	3	N/A	2	2	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Nº de membros remunerados</b>	3	3	N/A	2	2	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Valor da maior remuneração (Reais)</b>	104.167,00	104.167,00	N/A	30.000,00	30.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Valor da menor remuneração (Reais)</b>	104.167,00	104.167,00	N/A	30.000,00	30.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Valor médio da remuneração (Reais)</b>	104.167,00	104.167,00	N/A	30.000,00	30.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A

Diretoria Estatutária	
31/12/2022	N/A
31/12/2021	N/A
31/12/2020	N/A
Conselho de Administração	

<b>31/12/2022</b>	N/A
<b>31/12/2021</b>	N/A
<b>31/12/2020</b>	N/A
<b>Conselho Fiscal</b>	
N/A	
N/A	
N/A	

### **8.16 - Mecanismos de remuneração/indenização**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

### **8.17 - Percentual partes relacionadas na remuneração**

Não aplicável, visto que nenhum administrador ou membro do Conselho Fiscal da Companhia é parte relacionada aos controladores.

### **8.18 - Remuneração - Outras funções**

Não aplicável, uma vez que não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais e não se prevê para o exercício social corrente.

## 8.19 - Remuneração reconhecida do controlador/controlada

A tabela abaixo apresenta a remuneração dos administradores da Companhia reconhecida no resultado da sua controlada Mobly Varejista nos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente:

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023 (em R\$ mil)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	n/a	<b>0,00</b>
Controladas	0,00	0,00	n/a	<b>0,00</b>
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	n/a	<b>0,00</b>

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (em R\$ mil)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	n/a	<b>0,00</b>
Controladas	0,00	0,00	n/a	<b>0,00</b>
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	n/a	<b>0,00</b>

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	n/a	<b>0,00</b>
Controladas	0,00	0,00	n/a	<b>0,00</b>
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	n/a	<b>0,00</b>

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	n/a	<b>0,00</b>
Controladas	n/a	2.994.039	n/a	<b>2.994.039</b>
Sociedades sob controle comum	n/a	0,00	n/a	<b>0,00</b>

## **8.20 - Outras informações relevantes**

Tendo em vista a abertura de capital da Companhia em fevereiro de 2021, os administradores passaram a ser remunerados pela Companhia, conforme a Política de Remuneração e dentro do limite de remuneração global estabelecido pela assembleia geral de acionistas da Companhia anualmente.